

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de janeiro de 2024 às 08h13
Seleção de Notícias

G1 - Globo | BR

Marco regulatório | INPI

Viúva de Chorão processa filho do cantor por fechar acordos da banda Charlie Brown Jr. sem repassar lucros

3

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | THIAGO D'ALMEIDA | G1 SANTOS

Correio do Povo do Paraná Online | PR

27 de janeiro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Produtores da Cantu depositam pedido de IG para caprinos e ovinos

5

Agência Estado - Broadcast | BR

24 de janeiro de 2024 | Pirataria

SÉRIE DO FNCP SOBRE CONTRABANDO RECEBE PRÊMIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

7

Viúva de Chorão processa filho do cantor por fechar acordos da banda Charlie Brown Jr. sem repassar lucros

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



ticiada pelo g1 na última semana, na qual Graziela alega que Alexandre registrou a marca 'Charlie Brown Jr' sozinho no Nacional de Propriedade Industrial ([INPI](#)).

Conforme apurado pela equipe de reportagem, junto aos advogados de Graziela, Maurício Guimarães Cury e Rafael Barros Almeida, do escritório Cury e Moure Simão Advogados, a mulher ainda não recebeu as receitas dos contratos firmados por Alexandre com diversas empresas.

1 de 3

Viúva de Chorão processa filho do cantor por fechar acordos da banda Charlie Brown Jr. sem repassar lucros - Foto: Reprodução/Redes Sociais e João Sal/Folhapress

Graziela Gonçalves, a viúva de Alexandre Magno Abrão, o 'Chorão', entrou na Justiça contra Alexandre Lima Abrão, filho do cantor, para que ele preste contas dos negócios que envolvem a banda 'Charlie Brown Jr'. Ao g1, a defesa dela relatou, neste domingo (28), que ele firmou "dezenas de contratos" sem que ela recebesse qualquer quantia.

â para seguir o novo canal do g1 Santos no WhatsApp.

Chorão e Graziela foram casados por quase 20 anos e, a partir disso, a Justiça determinou, durante o acordo pelo inventário dele, que ela tivesse 45% dos direitos de imagens e produtos, incluindo marcas, referentes ao cantor e à banda. Alexandre Lima Abrão, por sua vez, tem 55% desses direitos.

Este processo de cobrança pela prestação de contas dos negócios corre na Justiça em paralelo à ação no-
abpi.empauta.com

"Pelo que já tivemos conhecimento, dezenas de contratos foram realizados pelo Sr. Alexandre com diversas empresas sem que a Sra. Graziela recebesse qualquer quantia", explicou Maurício Guimarães Cury. O g1 entrou em contato com a defesa de Alexandre, sobre os dois casos mencionados, mas não obteve um retorno até a última atualização desta reportagem.

O processo O g1 apurou com exclusividade que a ação corre na Justiça desde 2022 e, conforme apresentado pela defesa de Graziela à Justiça, Alexandre fechou aproximadamente 20 contratos com empresas sem prestar contas à ela.

Em outubro daquele ano, o juiz Felipe Poyares Miranda, da 16ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo, determinou que Alexandre prestasse contas desses negócios à Graziela. O filho do cantor não recorreu à decisão.

Continuação: Viúva de Chorão processa filho do cantor por fechar acordos da banda Charlie Brown Jr. sem repassar lucros

2 de 3

Viúva e filho de Chorão entram em disputa judicial por marca 'Charlie Brown Jr' - Foto: Reprodução

A partir disso, a Justiça nomeou uma perita para realizar o laudo pericial contábil. O objetivo, segundo apurado pela equipe de reportagem, é analisar todos os valores recebidos por Alexandre nos contratos com empresas sem a participação de Graziela.

O advogado Maurício Cury, que representa Graziela no caso, afirmou por fim que o processo está em fase de perícia contábil e, no momento, aguarda a entrega do laudo.

"A ação de exigir contas foi promovida porque o Sr. Alexandre, lamentavelmente, não presta contas dos negócios que envolvem a imagem e produtos do Chorão e da banda Charlie Brown Jr para a Sra. Graziela", finalizou o advogado.

DISPUTA JUDICIAL: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: 10 ANOS SEM CHORÃO:

Disputa judicial O g1 noticiou, na última semana, que

Graziela e Alexandre Lima Abrão entraram em uma disputa judicial pela marca 'Charlie Brown Jr.'.

Graziela alega que Alexandre ignorou os direitos dela como herdeira ao registrar sozinho a marca da banda no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**). À Justiça, ele disse que ela agiu de "má fé".

O g1 entrou em contato com a defesa de Alexandre Lima Abrão, em busca de um posicionamento sobre o caso, mas não obteve um retorno até a última atualização desta reportagem.

Morte de Chorão O cantor Alexandre Magno Abrão, o Chorão, da banda Charlie Brown Jr, foi encontrado morto em um apartamento na Zona Oeste de São Paulo, no dia 6 de março de 2013. Ele tinha 42 anos.

3 de 3

Chorão - Foto: Divulgação

VÍDEOS: g1 em 1 Minuto Santos

Produtores da Cantu depositam pedido de IG para caprinos e ovinos



Mais qualidade, suculência, maciez e processos de manejo diferenciados desde o princípio. Esses são apenas alguns dos diferenciais que os produtores da região da Cantuquiriguaçu (formada por vinte municípios que estão entre as regiões Oeste e Centro do Paraná) apresentaram no pedido de **Indicação** Geográfica dos Caprinos e Ovinos produzidos pelos associados da Associação e Cooperativa Caprivid, depositada em dezembro de 2023 no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**).

O trabalho começou há cerca de dois anos, quando os mais de 70 produtores da região perceberam que os padrões de qualidade adotados eram diferenciados e, por isso, mereciam mais destaque no mercado. Sendo assim, procuraram o Sebrae/PR para entender os caminhos até a **Indicação** Geográfica.

"Os associados já contavam com a nossa parceria e passaram a buscar mais conhecimento sobre a **Indicação** Geográfica e as vantagens que isso poderá agregar. Rapidamente, nos unimos aos produtores para melhorar ainda mais os processos e, com isso, deixar ainda mais visíveis os diferenciais das carnes de cordeiros e cabritos da região. Houve engajamento de todos os envolvidos até chegarmos ao depósito, feito em dezembro do ano passado", narra o consultor do Sebrae/PR, Edson Braga.

Carne de qualidade

Segundo o produtor Wilson Buskevicz, a carne da região é diferenciada e merecia ser vista de forma mais qualificada no mercado. Por isso, quando começaram as discussões sobre a busca pela IG, os associados e cooperados se uniram ainda mais.

"Com a IG, buscamos melhor divulgação e poderemos agregar mais valor ao produto. É um passo importante porque seremos os primeiros do Brasil nesta categoria e já estamos há mais de 18 anos na atividade. Isso poderá abrir portas de comercialização e melhor renda para os produtores", comenta Wilson.

O presidente da Associação Caprivid, Willian Clay Wachak, concorda. Ele conta que para que o resultado seja bom e diferente, os animais recebem, inclusive, manejo diferenciado desde muito cedo, o que também representa mais qualidade no final.

"Nossos animais são criados com todo cuidado, preservando o bem-estar, confinados e recebendo no local toda a alimentação que tem origem na região, como pastagens diversificadas, com grande variedade de gramíneas, leguminosas e outras plantas, silagem de milho e de aveia. Assim, os cordeiros e cabritos não fazem grandes esforços ou muita locomoção, não sobem morros. Isso quer dizer que as fibras musculares permanecem delicadas e menos desenvolvidas, resultando numa carne mais macia e suculenta, com sabor característico da região", enaltece Willian Clay.

Trajatória

No ano de 2005, após se capacitarem, doze produtores dos municípios que formam a região da Cantuquiriguaçu resolveram trazer algo diferente, que agregasse mais valor financeiro para suas propriedades e que se aproveitasse as áreas de declividade da região, onde bovino ou outras espécies não se adaptaram.

Continuação: Produtores da Cantu depositam pedido de IG para caprinos e ovinos

Com isso em 2006, foi formalizada a Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos de Virmond e Região, com a ideia de vender em conjunto para formação de lote e carga. Neste período, a produção não passava de 40 a 50 animais por ano.

Hoje, a Caprivar conta com mais de 70 produtores e, quinzenalmente, prepara a carga de 80 a 115 animais.

Para isso, os produtores organizam várias edições dos jantares e almoços a base de carne de cabrito e ovelha e pretendem, em breve, lançar uma unidade com o conceito de "boutique de carne", que venderá apenas produtos selecionados e diferenciados, com cortes nobres e embalagens específicas.

A expectativa é de que o processo, da análise do **INPI** até a concessão, leve menos de um ano. Já a abertura da Unidade de Cortes Nobres e a Boutique está pre-

vista ainda para o primeiro semestre deste ano.

IG no Paraná

Hoje, o Paraná conta com 14 produtos com **Indicação** Geográfica: Camomila de Mandirituba, Bala de Banana de Antonina; Melado de Capanema; Goiaba de Carlópolis; Queijo de Witmarsum; Uvas de Marialva; Café do Norte Pioneiro; Mel do Oeste; Mel de Ortigueira; Erva-Mate São Matheus; Morango do Norte Pioneiro; Vinhos de Bituruna; Barreado do Litoral do Paraná e a Aguardente de Cana e Cachaça de Morretes

Leandro Duarte

SÉRIE DO FNCP SOBRE CONTRABANDO RECEBE PRÊMIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Documentários mostram como o contrabando entra no Brasil, alimenta a criminalidade e faz o país perder milhões em impostos

SÃO PAULO, 24 de janeiro de 2024 /PRNewswire/ -- "Caminhos Proibidos" é uma série documental em três episódios que mostra os prejuízos sociais e econômicos provocados pelo contrabando. Resultado da parceria entre o Estúdio Folha (ateliê de conteúdo patrocinado da Folha de S.Paulo) o Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP) e a maior agência de comunicação da América Latina, a FSB Holding, o projeto foi um dos vencedores do Prêmio Nacional de Combate à **Pirataria** - Destaques do ano 2023.

Concedido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), o Prêmio é entregue todos os anos a acadêmicos, organizações públicas e privadas que se destacaram no combate à **pirataria** e na proteção aos direitos de **propriedade** intelectual.

'Caminhos Proibidos' mostra a facilidade com que os criminosos cruzam as fronteiras brasileiras para trazer produtos ilegais vendidos ou produzidos em outros países. Só em 2022, o país perdeu R\$ 410 bilhões para a ilegalidade - entre perdas de 14 setores industriais e sonegação de impostos.

"As consequências de um crime com tantas facetas como o contrabando ficam, muitas vezes, escondidas do debate nacional e essa é a hora de mudarmos isso. É preciso trazer à luz aos prejuízos causados pelo mercado ilegal", diz Edson Vismona, presidente do FNCP. O Fórum atua desde 2006 no enfrentamento ao mercado ilegal e combate à **pirataria**.

NOVAS ROTAS DO CONTRABANDO

'Caminhos Proibidos' foi apresentada e dirigida pelo jornalista César Galvão, que trabalhou na Globo de 1999 a 2023 e se especializou em coberturas relacionadas à violência e à segurança pública. Ele acompanhou a atuação de agentes responsáveis por fiscalizar os mais de 16.000 quilômetros de fronteiras com 10 países da América do Sul.

Além de expor a facilidade com que produtos ilegais cruzam a fronteira brasileira, a série aborda o uso de novas rotas marítimas do contrabando e a utilização da mesma logística de transporte para entrada de drogas e armas.

TRIBUTAÇÃO X MERCADO ILEGAL

A série também aborda como o desequilíbrio tributário impulsiona o comércio ilegal no Brasil.

"O desafio foi mostrar a causa e o efeito da ilegalidade. Participar de todo processo, da apuração, gravação e finalização foi muito gratificante. Quem assistir à série pode entender o quanto o contrabando é prejudicial para a sociedade", diz César Galvão.

'Caminhos Proibidos', porém, não se limita a apontar as dificuldades de coibir esse tipo de crime. Por meio de entrevistas e dados, apresenta propostas para minimizar os danos causados aos cofres públicos e à sociedade brasileira.

O Prêmio foi entregue no dia 18, na sede do Ministério da Justiça.

CONFIRA A SÉRIE CAMINHOS PROIBIDOS aqui

View original content:
https://www.prnewswire.com/b r/co-

Continuação: SÉRIE DO FNCP SOBRE CONTRABANDO RECEBE PRÊMIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

municados-p
ara-a-imprensa/serie-do-fncp-sobre-co ntra-
bando-re cebe-premio-do-ministerio-da-justica-302
043765.html

FONTE Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP)

A OESP não é(são) responsável(is) por erros, incorreções, atrasos ou quaisquer decisões tomadas por seus clientes com base nos Conteúdos ora disponibilizados, bem como tais Conteúdos não representam a opinião da OESP e são de inteira responsabilidade da PR Newswire Ltda

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 5

Denominação de Origem
5

Propriedade Intelectual
7

Pirataria
7